

MEDIDAS BÁSICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL COM REDUÇÃO DA POBREZA NO CEARÁ

PROF. PEDRO SISNANDO LEITE

ACADEMIA CEARENSE DE CIÊNCIAS

FORTALEZA - CEARÁ - 2018



Pedro Sisnando Leite

Economista, formado pela Universidade Federal do Ceará, com pós-graduação em economia rural e planejamento regional em Israel. Foi técnico em desenvolvimento econômico do Banco do Nordeste do Brasil e, durante muitos anos, chefe da Divisão de Estudos Agrícolas desse Banco. Lecionou, como professor adjunto e titular de desenvolvimento econômico, nos cursos de graduação e de mestrado em Teoria Econômica (CAEN) e de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará. Na administração universitária foi Pró-Reitor de Planejamento em duas gestões, nos períodos de 1983-87 e 1991-95. Dedicou grande parte de sua vida acadêmica e profissional estudando experiências de desenvolvimento econômico em países desenvolvidos e emergentes,

visitando mais de vinte nações com esse objetivo. Publicou vinte estudos e livros didáticos sobre problemas do desenvolvimento econômico planejamento e desenvolvimento regional. Tem contribuído com muitos artigos e ensaios para jornais e revistas. Pertence, como membro efetivo, da Academia Cearense de Ciências, da Academia de Ciências Sociais do Ceará e do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural e, como membro da Sociedade Internacional de Economia Rural, tem participado como conferencista convidado de vários encontros internacionais. Foi bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (1988-1992). Ocupou a função de Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará, em duas administrações do Governador Tasso Jereissati, em 1995-98 e 1999-2002.

**MEDIDAS BASICAS
PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL COM REDUÇÃO
DA POBREZA NO CEARÁ**

Prof. Pedro Sisnando Leite

**MEDIDAS BASICAS
PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL COM REDUÇÃO
DA POBREZA NO CEARÁ**

Prof. Pedro Sisnando Leite

Academia Cearense de Ciências
Fortaleza-Ceará-2018

**Medidas básicas para o
desenvolvimento rural com redução da pobreza no Ceará**

© 2018 Pedro Sisnando Leite
Impresso no Brasil. "Printed in Brazil"

TODOS OS DIREITOS, RESERVADOS

Diagramação, capa e impressão
HBM Gráfica Digital
www.hbmdigital.com.br

Leite, Pedro Sisnando

Medidas básicas para o desenvolvimento rural com redução da pobreza no Ceará / Pedro Sisnando Leite. - Fortaleza, CE: HBM Shopping das Cópias, 2017.

48 p. 14x21 cm

1. Economia, 2. Desenvolvimento.
3. Estado do Ceará, I. Título. II Autores.

CDD: 370

Sumário

AS QUESTÕES CRÍTICAS	
DA ECONOMIA DO CEARÁ.....	7
INTRODUÇÃO.....	11
PERFIL DA AGRICULTURA.....	13
PROBLEMAS E METAS PRINCIPAIS.....	15
PRESSUPOSTOS BÁSICOS.....	22
A INTEGRAÇÃO SETORIAL.....	24
REGIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO	
E EXECUÇÃO.....	26
ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES.....	29
A AÇÃO COORDENADA DAS INSTITUIÇÕES.....	32
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
AGENDA PARA A INOVAÇÃO	
DO DESENVOLVIMENTO	
RURAL DO CEARÁ.....	39
AS PREMISAS DA NOVA POLÍTICA RURAL.....	41
PROJETOS ESPECÍFICOS	
PARA AÇÃO IMEDIATA.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
O DESENVOLVIMENTO RURAL DO CEARÁ NUMA	
PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	49

AS QUESTÕES CRÍTICAS DA ECONOMIA DO CEARÁ

Nenhum problema é maior do que a pobreza e a distribuição de renda. A concentração de renda da população e da infraestrutura nas cidades metropolitanas em contraste com o interior é outra distração grave do Estado. Há um dualismo social e físico secular.

O desemprego geral e o subemprego, especialmente no quadro rural, é uma ameaça a estabilidade social. Além disso, a produtividade do trabalhador é muito baixa, assim como a renda média em relação aos outros Estados da Região Nordeste e do Sudeste.

A estrutura agrária é caracterizada minifúndio inviável e o latifúndio improdutivo. O estado do Ceará carece de uma reforma agrária sustentável e produtiva nos moldes do modelo da reforma agrária solidária, concebida no Ceará através do Projeto São José e apoio do Banco Mundial.

O nível de educação é baixo e de capacitação é deficiente, com analfabetismo funcional muito acentuado, principalmente no quadro rural.

DESAFIOS

O Estado precisa manter em longo prazo um crescimento bastante superior aos outros Estados, para reduzir as disparidades. O Ceará encontra-se entre os três

Estados mais subdesenvolvidos do Brasil, juntamente com o Maranhão e o Piauí.

A eficiência geral do sistema produtivo agricultura, indústria e serviços é muito baixo comprometendo o nível de competitividade é precário e negativo em relação ao país e ao exterior.

A interiorização do crescimento econômico é urgente para reduzir as graves diferenças da zona metropolitana com o interior. É altamente prioritária a ênfase no desenvolvimento social para a melhoria do bem-estar para toda a população do modo estável.

Não se pode pretender superar o atraso da economia mantendo as mesmas políticas do passado. E precisa reconhecer que a pobreza tem suas raízes na agricultura. Durante décadas, especialmente a partir da década de 60, a política era criar indústrias nas cidades e motivar as pessoas imigrar do campo para esses centros urbanos. Não deu certo, mesmo que tenha ocorrido em certo crescimento econômico.

Agora é necessária uma mudança das atitudes do governo e das instituições e das lideranças políticas sobre o novo papel da agricultura no desenvolvimento geral. Para isso, é preciso criar uma estrutura externa as propriedades agropecuárias: crédito, comercialização, pesquisa, e assistência técnica competente e suficiente. Atualmente muito fraca. Por outro lado, é preciso ajudar os agricultores às mudanças referidas.

Garantir o acesso dos agricultores menos privilegiados aos serviços de saúde, habitação, água e segurança, pois atualmente eles estão sendo ameaçados por todas as forma de agressão inimagináveis.

A mais importante condição para a melhoria das condições de vida das populações é a criação de emprego produtivo. Tanto na agricultura comercial e nas atividades não agrícola no quadro rural. Para isso, é determinante a fomento da instalação de agroindústrias não interior.

O desenvolvimento deve ir para o campo e não deixar que a população rural vá para as grandes cidades já congestionadas. Seja agrovilas, povoados, centros de serviços e pequenas cidades terciárias. São os espaços onde se localizam os serviços sociais e econômicos. O que se chama de urbanização do campo.

Nos países da Europa, Estados Unidos e nos países desenvolvidos de modo geral ocorre assim. É inviável deixar que as populações rurais vivam isoladamente sem nenhuns serviços infraestrutura de apoio, pois não é possível oferecer essas comunidades de modo individualizado.

E preciso fazer uma nova reforma agrária. O modelo tradicional do estatuto da terra atualmente vigente não atende as reais necessidades dos produtores. Esse sistema pode ser aperfeiçoado, mas é preciso fortalecer o sistema complementar denominado de crédito fundiário, ou como era chamada, Reforma Agrária Solidária, já mencionada.

Finalmente, um programa de desenvolvimento econômico, ou de desenvolvimento rural com a finalidade de melhoria das condições de vida de toda a população estará dependendo de um sistema educacional de base bem estruturado e disponível. Será com base nessa formação educacional e profissional que os produtos poderão colocar em marcha, um novo processo de desenvolvimento rural integrado.

INTRODUÇÃO

Como é possível mudar o padrão de desenvolvimento rural do Ceará, tornando-o mais produtivo, estável, empregador de mão de obra e rentável? O que fazer para interiorizar mais o crescimento econômico do Estado, reduzindo a pobreza e as emigrações para as grandes cidades? Onde obter recursos para um plano com essa finalidade?

Certamente essas são as preocupações que irão desafiar a capacidade criativa dos governantes do Ceará nos próximos anos. De fato, é urgente fazer algo consistente para mudar a situação de subdesenvolvimento ainda prevalecente no Ceará, especialmente no quadro rural.

O presente documento é um roteiro de ação prática sobre o que seria possível fazer acerca dos referidos problemas. Os pensamentos e ideias contidos nesse breve artigo estão baseados em pesquisas realizadas pelo Banco do Nordeste, pela Universidade Federal do Ceará e também nos estudos conduzidos pelo signatário. As experiências e lições da história econômica de outras regiões e países foram também levadas em conta.

Para responder melhor às graves indagações iniciais, há necessidade de maiores discussões e aprofundamento dos referidos temas. Um segundo passo indispensável nesse sentido é detalhar “como” executar tais políticas e diretrizes e eleger “quem” seriam os responsáveis pela implementação, além de definir os verdadeiros beneficiados pelo desenvolvimento econômico resultante.

A realização do desenvolvimento rural equilibrado do Ceará é um desafio complexo, mas plausível como se procura explicar aqui.

PERFIL DA AGRICULTURA

Estão radicadas na zona rural do Ceará cerca de 2,3 milhões de pessoas, correspondente a 26% da população total do Estado. Não estão incluídos aqui os residentes nos povoados, cidades pequenas e outros aglomerados tipicamente rurais, mas não classificados como tais pelo IBGE. Caso fosse adotado o conceito internacional de zona rural incluindo as pequenas cidades, a proporção dos residentes nesse setor subiria para 45% .

A população de dez anos e mais ocupada na agricultura, segundo o Censo Agropecuário, é de mais ou menos 1.100 mil pessoas, pouco menos de um quarto de todos que trabalham no Estado. A taxa de ocupação é de 50%, compatível com a estrutura etária e o nível de desenvolvimento do Ceará.

O valor bruto da produção agropecuária tem sido, num ano normal, de aproximadamente 900 milhões de dólares. Em torno de 6-8% do Produto Interno do Estado. Em anos de seca, essa proporção cai para 3% a 4%.

Com base nesses dados, é possível estimar uma produção média anual da agropecuária de 800 dóla-

res por pessoa ocupada. Em contrapartida, essa relação é de 6.400 dólares nas atividades urbanas (indústria e serviços). Portanto, oito vezes mais elevada do que nas atividades agropecuárias. É oportuno observar, ainda, que os países que desejam desenvolvimento equilibrado entre os setores geralmente assumem como meta a igualdade de rendimentos entre os dois setores. Há nações, entretanto, em que a renda média do quadro rural é superior a dos centros urbanos. Nesses casos, têm-se verificado um movimento migratório de retorno às áreas do interior.

E oportuno mencionar que as lavouras temporárias e permanentes contribuem, em média, com cerca da metade da produção do setor. A produção da carne, leite e derivados, e ovos respondem por 33%, cabendo o restante à produção extrativa vegetal. Quanto aos produtos agrícolas, os mais importantes são: milho, feijão, arroz, mandioca, banana, caju e cana-de-açúcar.

PROBLEMAS E METAS PRINCIPAIS

O processo produtivo da agricultura, como é conhecido, envolve fatores físicos, econômicos, sociais, motivacionais e de organização. Assim, numa área subdesenvolvida, cada um desses aspectos pode ser um obstáculo à modernização do setor. Pretende-se destacar aqui, no entanto, apenas aqueles problemas de natureza agroeconômica que motivam as maiores preocupações tanto dos governantes como dos planejadores do desenvolvimento rural do Ceará. A seguir serão comentadas algumas dessas medidas estratégicas para o alcance do desenvolvimento agrícola do Ceará.

Salto de produtividade da terra e do trabalho agrícola

Os estudos e dados existentes sobre a agricultura do Ceará revelam que a produção, por área cultivada, das principais lavouras temporárias e permanentes encontra-se muito aquém dos níveis obtidos em outros Estados, e até mesmo da média nacional. As situações do feijão, mandioca, abacaxi, algodão e castanha são exemplares. Esse quadro se agrava ainda

mais nos anos de estiagem, quando a produtividade chega a limites insignificantes.

Um aspecto muito preocupante é que não há sinal de melhoria nessa situação, a não ser no caso do milho híbrido que vem obtendo resultados excelentes desde sua introdução em 1999. Porém, analisando-se o comportamento da produtividade das lavouras num período mais longo verifica-se que, no conjunto do setor, ocorreu uma diminuição real dos rendimentos monetários.

A produtividade da mão de obra é também deplorável, mesmo sabendo-se que a força de trabalho no campo conta com a contribuição significativa de pessoas de 10 a 15 anos e de mais de 65 anos de idade, em vista do conceito do IBGE sobre o assunto. Grosso modo, pode-se dizer que a produtividade de um trabalhador na agricultura é apenas 20% do ocupado nos centros urbanos em atividade industrial e/ou serviços. Em outras palavras, quando o trabalhador sai do campo e vai trabalhar na cidade sua produção média passa a ser cinco vezes maior do que era antes.

Como consequência disso, são baixas as remunerações dos assalariados e dos pequenos produtores agrí-

colas. Nesse caso, será muito difícil melhorar as condições de vida das pessoas dependentes das lides agrícolas do Estado sem o aumento da produtividade ou da obtenção de renda adicional de outras atividades econômicas complementares.

A tábua de salvação dessa quadra pouco otimista, é visualizada nas atividades de produção animal e derivados, que correspondente à cerca de 40-50% do valor da produção agropecuária. De modo geral, a produção desse ramo de atividade tem se mantido, nos últimos anos, estável e ascendente, especialmente em relação à avicultura e à produção de leite. Diferentemente das lavouras, essa categoria vem melhorando a produtividade ao longo dos anos com perspectivas promissoras para o no futuro. Não obstante, é necessário lembrar que a pecuária extensiva é pouca empregadora de mão de obra, mesmo que a avicultura contrabalance essa característica.

Redução drástica da instabilidade anual da produção agrícola

Nenhuma atividade econômica pode suportar flutuações anuais nos níveis de produção como ocorre na agricultura cearense. A existência de excedente de produção segue-se devido a uma situação de

escassez que não atende sequer à sobrevivência dos produtores, numa saga de euforia e sofrimento.

A agricultura de sequeiro geralmente é pouco estável em decorrência de vários fatores que o agricultor tradicional não tem como controlar. No caso do Ceará, que “temporariamente é afetado por irregularidades climáticas, esse fenômeno assume características dramáticas do ponto de vista econômico e humanitário.

A despeito de sua complexidade, esse problema não é inevitável. Em praticamente todos os países hoje desenvolvidos, ele foi superado ou reduzido a limites administráveis. A solução veio da decisão política de que tal situação era incompatível com o desenvolvimento geral da sociedade e do uso dos meios técnicos disponíveis ou idealizados para superar esse obstáculo ao progresso socioeconômico da população afetada.

Dentre os instrumentos para obter uma estabilização da produção das lavouras, podem ser citados, como exemplificação, o uso da irrigação, das culturas mais resistentes à escassez de água e de ciclo curto, ao manejo dos cultivos, ao zoneamento agrícola e tantas outras soluções já praticadas por alguns produtores inovadores.

Os estudos e alternativas que foram realizados pelo Projeto Áridas¹ certamente oferecem uma base para a formulação de uma política consistente sobre esse grande desafio para o governo do Ceará: mais estabilidade da produção agrícola para reduzir a pobreza rural e mais estímulos ao investimento do setor privado.

Desenvolvimento em larga escala dos recursos de água.

A problemática dos recursos hídricos do Ceará já é bem conhecida em vista dos estudos realizados pelo DNOCS, pela Secretaria de Recursos Hídricos, além e de inumeráveis registros feitos por pesquisadores regionais. Na opinião de muitos, o Ceará poderá ser um celeiro do Brasil e fonte significativa de divisas para o país se o problema de suprimento de água para a agricultura for plenamente solucionado.

Em contrapartida, a fome, estagnação do desenvolvimento industrial e dramática escassez de água para o consumo humano e animal seria inevitável se não tivessem sido realizadas grandes obras de constru-

1 O Projeto Áridas teve como finalidade elaborar uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do Nordeste com participação do Governo Federal, Estadual e Universidades (1995-2000).

ção de represas, estruturas de desvio de corrente e sistemas de canais. Falta, no entanto, o desenvolvimento de novas tecnologias para a extração de água subterrânea do cristalino. A recuperação de solos salinos ou prejudicados pelo sódio no processo de irrigação e de práticas corretas de irrigação são tantas outras preocupações que precisam de ação conjunta de todos os órgãos do Estado e do Governo Federal. Este é um problema de interesse nacional que precisa ser conduzido com muita competência e influência política.

O desenvolvimento em grande escala dos recursos de água é, por sua natureza, de prazo mais longo. O Projeto de Transferência de Água do Rio São Francisco ou Tocantins, por exemplo, carece de recursos do Governo Federal, tanto financeiro como técnicos, de modo que o Estado não pode desviar de outros projetos menos onerosos e de maior impacto econômico e social de curto prazo. Os agricultores necessitam, além disso, de outras ações imediatas para tirá-los do tradicionalismo, da pobreza e do desemprego.

O ponto a considerar nesse caso é como conciliar o dilema longo e curto prazo. Que elementos merecem maior destaque? De que modo deve ser planejado e administrado?

As respostas a essas questões não podem ser dadas nesse breve documento de idéias gerais de um economista. Outros profissionais, bem como a determinação política do governo, é que indicarão as estratégias e soluções mais eficazes, sejam econômicas e ou sociais.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

As considerações formuladas neste artigo estão de acordo com as condições, valores e objetivos discutidos ao longo de muitos anos nas instituições acadêmicas e profissionais, e com as representações dos agricultores. É necessário, portanto, entender que estratégias não são panaceias. Elas são inúteis na ausência de compromissos dos produtores e dos órgãos públicos pertinentes aos problemas rurais.

A estratégia de desenvolvimento rural proposta neste artigo destina-se a buscar resolver o problema do subdesenvolvimento rural de maneira abrangente.

A chave desse enfoque é aumentar a produtividade agrícola ao tempo em que se fomenta a criação de empregos produtivos na própria zona rural. Nesse contexto, as pequenas cidades do interior exercem um importante papel como centros de serviço e apoio à produção.

Os elementos essenciais dessa metodologia de desenvolvimento harmônico do interior são os seguintes:

- 1) Mobilização do fator humano e melhor aproveitamento dos recursos naturais e da infraestrutura existentes nas áreas geográficas prioritárias;
- 2) Integração da agricultura, indústria e serviços, no próprio quadro rural, contemplando os aspectos físicos, econômicos, sociais e organizacionais das localidades abrangidas pelo programa;
- 3) Acesso dos produtores, especialmente dos pequenos e menos privilegiados, aos recursos produtivos e aos serviços de suporte indispensáveis à produção.

São também determinantes a melhoria das condições de educação e saúde e outras necessidades básicas, requisitos estes fundamentais para o aumento da produtividade e qualidade de vida da população pobre resistente na zona rural. Enfim, é fundamental a motivação e mobilização das populações em programas de autoajuda e de participação efetiva na determinação das prioridades e no processo de execução dos programas de desenvolvimento local.

A INTEGRAÇÃO SETORIAL

O desenvolvimento econômico é um processo extremamente complexo do qual compartilham diversas variáveis econômicas, sociais, políticas e institucionais.

Em relação à agricultura, por exemplo, esta participa com os demais setores no uso de investimentos e dos demais fatores. Desse modo, os recursos colocados à disposição de programas de desenvolvimento não podem ser alocados sem levar em consideração a interdependência existente entre eles. Logo, negligenciar a indústria pode resultar em limitações de mercado para os produtos agrícolas. Por outro lado, promover programas de desenvolvimento industrial sem a devida consideração para com o setor agrícola pode motivar uma conseqüente escassez de alimentos, acelerando. Assim, o processo inflacionário e comprometendo o próprio desenvolvimento.

Portanto, o desenvolvimento conjunto dos setores é fundamental: o desenvolvimento deve dar-se harmonicamente, embora se saiba que os setores, normalmente crescem a taxas distintas, notadamente nos estágios iniciais de desenvolvimento.

Para a realização do desenvolvimento equilibrado do Ceará, é necessário fazer a regionalização do planejamento e execução, bem como definir o grau de interdependência do processo produtivo agrário. Destacam-se, nesse sentido, a urbanização do interior e a industrialização rural. É fundamental também estabelecer, claramente, o papel da educação no aumento da produtividade e na melhoria dos padrões de vida das populações pobres.

Por fim, não pode ser negligenciada a questão da estrutura agrária e sua importância no desenvolvimento, assim como o papel da ação coordenada dos órgãos públicos e do setor privado.

REGIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

O desenvolvimento rural equilibrado não pode ser realizado simultaneamente em todas as partes, pois seria difícil obter recursos suficientes para tal. Por sua vez, as atividades agropecuárias geralmente são vocacionadas diferentemente de acordo com as condições dos solos, clima e outros fatores. Desse modo, é essencial que os programas de desenvolvimento rural sejam planejados e executados segundo um zoneamento adequado aos objetivos delineados para cada sub-região.

O macro planejamento certamente deve ser de responsabilidade da Secretaria de Planejamento, mas o micro planejamento deveria contar com forte participação da Secretaria de Agricultura e compartilhamento da Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria de Recursos Hídricos e da Secretaria das Cidades.

A modalidade de organização mais apropriada para definir as políticas e articulações intersetoriais seria através de um Comitê de Secretários envolvidos no

referido programa, sob a presidência da Secretaria de Planejamento.

Em nível local, poderiam ser organizados Conselhos de Desenvolvimento Regional, semelhantes aos que existem em outros países e até mesmo no próprio Brasil. E, de acordo com as condições prevalentes em cada “região de desenvolvimento” esse Conselho teria a abrangência e responsabilidade do planejamento, bem como a supervisão e supervisão da execução correspondente. Nesse caso, deve ser cultivado o espírito comunitário multipartidário, quando possível. Caso essa ideia tenha acolhida, poderia ser mais bem detalhada.

De qualquer modo, é necessário um exame melhor das experiências de organização local do Planejamento e execução dos programas de desenvolvimento do Estado à luz dos novos objetivos de desenvolvimento equilibrado e de convivência com a seca.

Outra alternativa de organização que deveria ser examinada é a estruturação de “Corporações de Fomento” com maior autonomia administrativa, técnica e financeira. Essa modalidade de entidade segue, naturalmente, um nível mínimo de competência e

maturidade institucional. É o caso, por exemplo, de regiões em que os níveis onde os níveis de tecnologia agrícola sejam mais elevados e haja um grau de industrialização e serviços de apoio mais desenvolvidos. De qualquer modo, a adoção de referida sistemática de organização deve ser gradativa e planejada.

ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

A organização cooperativa é geralmente mencionada como instrumento apropriado para transformar a população pobre e analfabeta em colaboradora ativa da política de desenvolvimento rural. Os planejadores e o governo esperam, portanto, que esse sistema seja o veículo capaz de preencher a ausência da iniciativa privada. A organização tem como papel fundamental fornecer os serviços necessários à produção, administração e repasse de crédito, assim como realizar a comercialização e distribuir mais equitativamente a renda. A cooperativa é tida como possuidora de vantagens de sua dimensão de escala econômica e tecnológica, constituindo instrumento eficaz para as mudanças da realidade do meio rural.

Mesmo diante dessa confiança no papel do cooperativismo como fórmula para o atendimento adequado dos pequenos agricultores, a experiência do Nordeste, neste particular, não tem sido positiva como se poderia esperar. Na verdade, o cooperativismo tem encontrado muitos entraves na Região e poucos são os exemplos de pleno sucesso dessas

sociedades em relação ao apoio técnico e, principalmente, financeiro que vem sendo proporcionado pelos órgãos governamentais e bancos oficiais. Aparentemente, o êxito, ainda que limitado, decorre das atitudes tanto dos responsáveis pela implantação dessas associações como dos próprios agricultores beneficiados.

Não obstante, a experiência internacional de desenvolvimento rural bem-sucedido tem demonstrado que a organização dos agricultores, especialmente dos pequenos produtores, é uma pré-condição para a transformação do setor. De fato, o pequeno produtor não consegue obter os serviços de que necessita para exploração de sua unidade, porque lhe faltam habilidades, meios e poder de enfrentar os prestadores de serviços. A fim de enfrentar essa situação, os agricultores necessitam unir suas forças e criar sua própria organização de autodefesa e competição. Tais associações auxiliam também o pequeno agricultor a se adaptar às mudanças no estabelecimento agrícola e na comunidade rural.

Para definir um sistema cooperativo que realmente funcione, em bases democráticas, é preciso, como diz Naphtali Gal (Israel), encontrar uma forma apropriada de organização associativa que contemple as aspirações, os ideais e as características cul-

turais próprias dos indivíduos que participem desse processo.

Em síntese, a organização cooperativa é fundamental para o desenvolvimento rural do Ceará e deveria fundar-se em princípios flexíveis, como de equidade, democracia e propriedades conjuntas, que fossem condizentes com a premissa de crescimento econômico equitativo da sociedade rural.

A AÇÃO COORDENADA DAS INSTITUIÇÕES

Um programa de desenvolvimento rural equilibrado envolve atividades de pesquisas, extensão, crédito, comercialização, armazenagem, educação, dentre outras. Logo, devem participar das atividades socioeconômicas as instituições Federais, Estaduais, Municipais, empresas privadas e organizações não governamentais.

Em conjunto, essas instituições reúnem um grande estoque de pessoal técnico e recursos financeiros. Basta mencionar, como fator favorável à viabilidade dessa ideia, a presença no Ceará das sedes do Banco do Nordeste e do Departamento Nacional de Obras contra as Secas. Seguem-se, ainda, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal do Cariri, a Universidade Estadual e a URCA e UVA e tantos outros órgãos importantes para a agricultura. A coordenação dessas entidades para os mesmos objetivos é muito importante para o desenvolvimento do Estado.

Cumprе fortalecer, no entanto, a parceria dos organismos locais e associações de agricultores no

sentido de modernizar a agricultura e buscar o desenvolvimento econômico sustentável global do Estado com menos pobreza. A finalidade principal dessa estratégia é reunir recursos de fontes diferentes com o mesmo propósito, para maximizar os resultados econômicos e sociais e a eficácia das políticas macroeconômicas. O Ceará conta, atualmente, com alguns Programas Federais de grande importância para viabilizar as medidas que foram propostas neste documento. São exemplos disso, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Fundo Seguro-Safra (Garantia Safra) e o Programa de Reforma Agrária Solidária (Crédito Fundiário). Na verdade, estes três Programas foram idealizados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ceará, quando eu ocupava a função de Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural entre 1995-2002. Depois de servirem como Projetos Pilotos no Ceará foram federalizados e estendidos para os demais estados do Nordeste, e quando aplicável, para outros estados do país. Todos esses Programas, no entanto, precisam ser ajustados e adaptados às novas realidades da economia e dos novos propósitos de um desenvolvimento com menos pobreza e desigualdades.

CONCLUSÃO

A zona rural do Ceará pode crescer mais e melhor. Há experiência acumulada, recursos naturais potenciais e esperança de que isso ocorra. O novo foco não deve ser, contudo, um mero crescimento da produção como atualmente se pensa, mas um desenvolvimento econômico sustentável e com maiores níveis de melhoria social, menos pobreza e redução das graves desigualdades entre os ricos e os pobres.

A experiência mundial mostra que é necessária, para isso, políticas macroeconômicas com ênfase nas taxas de investimento, na inovação tecnológica, melhoria da educação geral e profissional e geração de empregos em melhores condições de trabalho. E preciso também de contar com políticas que definam os caminhos a seguir de modo claro no sentido de promover a produtividade fomentar a maior articulação institucional e territorial.

As medidas recomendadas nesta Agenda requerem um árduo trabalho político, técnico, de construção de um novo modelo desenvolvimento integrado nos moldes do Enfoque de Rehovot (Israel). Trata-se de rearticular o Estado com intervenção na orienta-

ção do desenvolvimento com real capacidade de alocar recursos e regras, regulamentando o setor privado atuante na zona rural.

Esta Agenda não significa que nada está sendo feito. O objetivo é melhorar o que está em curso, ajustar o inadequado e de inovar e realizar o que é preciso para superar o subdesenvolvimento crônico do Ceará, que está numa das piores condições do País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Campos, Robério Teimo. Mensuração da Produtividade e do Progresso Tecnológico da Agropecuária Cearense - 1970-1970. Departamento de Economia Agrícola - UFC/Fortaleza, 1994.
- Leite, Pedro Sisnando. Desenvolvimento Harmônico do Espaço Rural. BNB - Fortaleza, 1983
- Planejamento e Execução do Desenvolvimento Rural Regional Integrado. Fortaleza. BNB/UFC, 1994
- Retrospecto e Perspectivas da População e da Renda do Nordeste. BNB -Fortaleza, 1990.
- Em Busca do Desenvolvimento Rural do Ceará. Fortaleza: LCR, 2002.
- A Luta pelo Desenvolvimento Regional e Rural no Mundo. Fortaleza, BNB, 2006.
- Crescimento Agrícola, Industrialização e Pobreza Rural do Nordeste. Fortaleza, BNB/Instituto do Ceará -2012.
- Ação Frente à Pobreza Rural do Nordeste. Fortaleza, LCR, 2014.

- A Agricultura numa Economia Mundial Turbulenta, Fortaleza, LCR, 2013.
- Programa de Contingência e Redução da Pobreza no Semiárido,. Fortaleza, LCR, 2014.
- Desenvolvimento Rural do Ceará. Fortaleza, HBM, 2002.
- Leite, Pedro Sisnando e Silveira, José Dantas. A Agroindústria de Produtos Alimentares. BNB - Fortaleza, 1991.
- Weitz, Raanan. Desenvolvimento Rural Integrado. BNB -

AGENDA PARA A INOVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO CEARÁ

**O maior problema da economia do Ceará é o atraso da zona rural.
Sem solução deste problema,
não haverá redução verdadeira da
pobreza e da desigualdade cearense.**

AS PREMISAS DA NOVA POLÍTICA RURAL

1. O problema básico da economia do Ceará é a concentração da economia na zona metropolitana de Fortaleza com graves desigualdade e pobreza do interior, motivando o caos urbano da Capital e cidades vizinhas. Motivado por isso, o Estado está entre os três mais subdesenvolvidos do Brasil.
2. A estratégia para o desenvolvimento precisa mudar da atual de economia de subsistência, focada na questão da terra (Secretaria de Desenvolvimento Agrário), para a de desenvolvimento rural integrado. Este novo conceito, adotado nos países desenvolvidos, é abrangente . Considera de modo integrado a terra, a produção agrícola, a agroindústria e o desenvolvimento social (Desenvolvimento Agrícola, Industrialização e Pobreza Rural no Nordeste, BNB). O Fundamental é contemplar o espaço rural, onde ocorrem variadas atividades de geração de renda, emprego e serviços de apoio à produção.

3. A meta da nova política será:
- a) aumentar a produção e a produtividade agrícola na agricultura das terras secas, com tecnologias existentes e não utilizadas;
 - b) reorganizar a agricultura irrigada, conforme projeto a ser definido com o Ministério do Desenvolvimento Regional/DNOCS.
 - c) Nova fronteira agrícola nas terras fora do semi-árido cearense que estão subutilizadas e podem mudar o perfil da produção agrícola do Estado (litoral úmido, serras, vales e áreas sedimentares do Cariri e outras).

PROJETOS ESPECÍFICOS PARA AÇÃO IMEDIATA

As diretrizes e projetos delineados neste documento estão apoiados em critérios de relevância econômica e social e possibilidades concretas de execução por iniciativa do Governo do Estado e recursos existentes.

1. Criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Empreendedorismo (SEDERE).

Esta Secretaria substitui a atual de Desenvolvimento Agrário (ou de reforma agrária, que é assunto constitucionalmente do Governo Federal). A SEDERE é constituída organizacionalmente da instituição legalmente vinculadas ao proposto SISTEMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL constituído da:

a) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE);

b) Central de Abastecimento (CEASA), financeiramente Autônoma;

c) Instituto de Desenvolvimento Agrário(IDACE), que tem as funções da atual Secretaria de De-

envolvimento Agrário, que por desconhecimento dos reformadores do atual governo, ignoraram.

2. Reorganização da EMATERCE

Os melhores estudos sobre o desenvolvimento rural ao redor do mundo afirmam que a transformação da agricultura tradicional e modernização do processo produtivo da agricultura comercial não terá êxito sem um sistema de assistência técnica competente. Ainda hoje os Estados Unidos, Europa, Israel, Austrália, dizem esses estudos dependem da tecnologia que só os especialistas são detentores.

No entanto, o Ceará que tem os maiores problemas nesse particular não tem um sistema com o mínimo de condições técnicas e de abrangência. Atualmente, apenas 5% dos agricultores são visitados, principalmente por técnicos agrícola (bolsistas temporários), sem formação básica. Essa situação tem de mudar, não só por questões dos benefícios para os agricultores e a economia, mas porque se tratar de uma obrigação do Estado, especialmente em se tratando de assistência apenas para a agricultura familiar de subsistência.

O Sistema deve ter mais técnicos com capacitação apropriada e organização operacional eficiente.

3. Programa para a modernização da Agricultura tradicional.

O objetivo é aumentar a produtividade da terra e do trabalho, que são os mais baixos do Brasil, tanto nas terras de sequeiro como nas áreas irrigadas tradicionais.

Sem solução desse problema, jamais teremos a melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo e da redução da pobreza. E, assim, terá necessidade de continuação da bolsa família e do assistencialismo que fere a dignidade da pessoa e da sociedade.

Atualmente o crédito e os recursos públicos estão sendo desperdiçados no Ceará por falta de um programa consistente e apoiado na tecnologia apropriada. Nos últimos 10 anos, o crédito e as despesas com o setor agrícola dobraram e a produção continua estagnada e os agricultores inadimplentes ou falidos.

4. Programa de Reorganização de Terras Devolutas e Titulação.

No Ceará, cerca de 250 famílias são radicadas em micro estabelecimentos geralmente em regime de parceria e ocupações irregulares e dependentes

das chuvas e das transferências de renda do poder público. Estas pessoas estão condenadas à pobreza e a exclusão social. O Instituto de Desenvolvimento Agrário Estadual deste 1996 mantém um programa insipiente de titulação de terras meramente paliativo, pois as pequenas parcelas contempladas não são geralmente sustentáveis. A ideia é colocar na prática um programa com esse objetivo formado no Governo Tasso Jereissati, mas que não foi continuado nos governos seguintes. Este projeto é complementar ao Programa de Reforma Agrário do INCRA e o Programa de Reforma Agrária Solidária, este último criado em 1967 no Ceará com base no Projeto São José e federalizado, com apoio do Banco Mundial.

5. Outros Programas Existentes

O Governo Federal executa importantes projetos de apoio à agricultura familiar e que o Ceará é beneficiado. Podem ser citados alguns, aliás, criados inicialmente como projetos Pilotos nos Ceará no Governo Tasso Jereissati e que foram mantidos pelos governos dos Presidentes Lula e Dilma Rousseff. São eles: O Programa de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Fundo Seguro Safra (Garantia Safra) e o Programa de Reforma Agrária Solidária (denominado agora de Crédito Fundiário). Todos

esses programas receberão a máxima prioridade, pois atualmente não estão sendo plenamente utilizados porque falta planejamento e organização para alcançar melhores resultados. Para essa finalidade, na nova Secretaria de Desenvolvimento de Desenvolvimento Rural será revitalizado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural que é o órgão vital para dinamizar esses programas, mas que está inoperante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pedro Sisnando Leite: “Em busca do Desenvolvimento Rural do Ceará”, Fortaleza, LCR, “Desenvolvimento Rural do Ceará: Políticas, Programas e Resultados-1995-2002”, Fortaleza, BNB/ Instituto do Ceará; Ações Frente à Pobreza Rural do Nordeste, Fortaleza, LCR.

**O DESENVOLVIMENTO
RURAL DO CEARÁ
NUMA PERSPECTIVA
HISTÓRICA**

Pedro Sisnando Leite *

RESUMO DA PALESTRA(20/06/2011)

Nas últimas décadas, a economia do Ceará tem crescido a taxas mais aceleradas do que as do Brasil e do Nordeste. Por que esse crescimento não gerou mais renda e alcançou uma parcela maior de pobres, especialmente do quadro rural?

CAUSAS HISTÓRICAS DO SUBDESENVOLVIMENTO RURAL DO CEARÁ

Falhas na Ação do Setor Público no Passado: Federal, Estadual e Municipal.

1. Faltou uma política correta de reforma agrária sustentável e um sistema institucional competente para viabilizar o uso da terra ociosa.
2. Deficiente educação e falta de conhecimentos tecnológicos dos agricultores para modernização e melhoria da produtividade sustentável (elevado índice de analfabetismo funcional).
3. Falha no sistema de comercialização, evitando a especulação e deterioração dos termos de intercâmbio do processo produtivo (preços dos insumos/produto in natura).

4. Inadequada e efetiva organização do Setor Público e dos produtores com vistas a um desenvolvimento mais harmônico e justo do quadro rural.
5. Deficiente e reduzido investimento em infraestrutura de apoio à produção rural (estradas, armazéns, abatedores etc.)
6. Desarticulação entre o governo, a iniciativa privada e o planejamento e execução dos programas de desenvolvimento Rural.
7. Preconceito da sociedade sobre a agricultura e sua importância econômica e social (supridora de alimentos, matérias primas para a indústria e produtos de exportação).

AS NOVAS ESTRATÉGIAS

Crescimento com aumento da produtividade e redução da pobreza rural e das desigualdades. As políticas e programas adotados no período de 1995-2002 tomaram por base os seguintes princípios estratégicos:

Realidade I - O quadro rural é bem maior do que a agricultura isoladamente.

Realidade II - A maioria dos problemas rurais são interdependentes

Realidade III - As soluções para os problemas rurais implicam múltiplas instituições.

Realidade IV - A situação e problemas rurais variam imensamente de uma região para outra.

Realidade V - Obter, com a família, renda fora da propriedade e agregar valor aos seus produtos para comercialização com lucros para si e não para os intermediários. Empregos não agrícolas no quadro rural.

Realidade VI - Criação e valorização de um Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural com participação das Secretárias afins e de setores da so-

cidade civil.

FONTE:

Livro- Pedro Sisnando Leite: Desenvolvimento Rural do Ceará- Políticas, Programas e Resultados. O Caso do Ceará-1995-2002. Editora Vivali (e-book) Fortaleza, 2011.

* Ex-Secretário de Desenvolvimento Rural do Ceará e Professor Titular de Desenvolvimento Econômico da UFC. Vice-presidente do Instituto do Ceará e da Academia de Ciências Sociais do Ceará.

